

## **A IMPORTÂNCIA DOS LIVROS DIDÁTICOS PARA A HISTÓRIA LOCAL, UM CASO DE ESTUDO SOBRE O ALGODÃO EM CAMPINA GRANDE-PB**

Jair Barbosa Araújo<sup>1</sup>

A investigação sobre a importância dos livros didáticos para a história local se deu a partir das dificuldades vivenciadas no cotidiano da sala de aula no que se refere ao processo que envolve o ensino e aprendizagem do ensino médio da rede pública estadual. A grande pergunta era: como aproximar os fatos históricos, seja do ponto de vista econômico, social e cultural, com a experiência de vida dos educandos ali presentes? A resposta foi usar a história local, a exemplo do 'algodão de Campina', como elemento gerador das discussões do conteúdo a ser ministrado nas aulas. E por que o algodão? Porque o algodão foi um dos suportes econômicos do Brasil no início do século XX a partir de Campina Grande e no entanto, devido aos limites editoriais sempre esteve fora dos registros do livro didático.

O que se evidenciou após todas as leituras foi a sensação de uma grande dívida que o livro didático tem perante a história de Campina e de seu povo pois se passaram mais de 72 anos de ausência dessa temática nos livros didáticos o que deixou a todos penalizados por não saber da influência que esta cidade teve quanto polarizadora do comércio algodoeiro.

Campina Grande desde 1697, com a chegada do capela-mor e sertanista Theodósio de Oliveira Ledo, sempre foi atração geográfica para quem ia do litoral ao interior do sertão devido a sua vocação comercial com grandes "casas de farinha" ou "engenhos de farinha de pau". Foi emancipada em 11 de Outubro de 1864, através do deputado Irineu Jofilly, fruto do crescente desenvolvimento da feira de gado e de cereais. Este desenvolvimento se consolidou com os conflitos nos Estados Unidos, a produção algodoeira o estado da Paraíba atendeu as necessidades do mercado britânico através da cidade de Campina Grande enquanto polarizadora deste comércio produção

---

1- O autor é graduado em História, Especialista em Teoria e Metodologia do Ensino de História(UEPB) e Mestrando em História pela Universidade de Coimbra, é também professor da rede pública de Ensino Fundamental do Município de Santa Cruz do Capibaribe-PE.

algodoeira, ficando conhecida desde então de “Liverpool do Brasil”, pois se tornou a maior produtora de algodão do Brasil.

O espaço urbano entre 1907-1947 foi totalmente modificado, passando de 731 edificações para 13.259. É bom lembrar que 1930 ocorreu uma das maiores reformas urbanísticas empreendidas na cidade, feita pelo prefeito campinense Verginaud Wanderley, as velhas ruas foram alargadas e calçadas e o número de estabelecimentos aumentaram. Todas essas modificações no espaço urbano da cidade estavam relacionadas com o comércio do algodão e ao projeto da burguesia comercial o campinense (elite algodoeira), que se formou em detrimento da comercialização do algodão, propiciando a higienização e desodorização do espaço da cidade de Campina Grande. Marta Lucia ARAÚJO (*ARAÚJO, 1999:19*). reportou-se a esta questão analisando que:

Na cidade a rua dos Armazéns era tomada por grandes e altos fardos de algodão (o equivalente a dois pavimentos) que disputavam espaço com os homens que os comercializavam, dando impressão de uma verdadeira feira livre (uma das maiores praças algodoeira do mundo).

Tanto desenvolvimento atraiu o investimento do capital estrangeiro que entrava através das empresas multinacionais que investiam na produtividade e no comércio algodoeiro paraibano, sobretudo campinense.

Em 1919, instalou-se em Campina Grande a Wharton Pedroza & Cia uma filial exportadora, cuja matriz era em Natal, e seus proprietários eram o inglês Wharton e o potiguar Pedroza. Em 1920 se instalou uma outra firma exportadora a CPBPA - Companhia Paraibana de Beneficiamento e Prensagem de Algodão que contava com sócios locais. Entretanto em Assembléia Geral Extraordinária em 15 de Maio de 1923 o Dr, Irineu Jofilly representou os interesses acionários da Wharton Pedroza junto a CPBPA, dessa forma fortaleceu a união do capital nacional e estrangeiro nesta cidade.

Em julho de 1935, o interventor estadual Argemiro de Figueiredo assinou uma lei de incentivos e isenções para instalação de novas usinas de beneficiamento do algodão, era um programa que visava a modernização da economia paraibana a custo de uma adesão à política de incentivos fiscais que atraíssem o capital estrangeiro através de multinacionais. É nesse contexto que surgem em Campina Grande a SANBRA –

Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro filial de uma multinacional Argentina a Bung e Bornl e Anderson Clayton filial de um grande conglomerado norte-americano.

Entretanto, não apenas as multinacionais geraram a falência de pequenos produtores rurais e pequenas firmas de beneficiamento de algodão. Mas seguindo o exemplo das multinacionais, algumas firmas locais investiram na modernização, que posteriormente se tornaram firmas monopolizadoras, cuja hegemonia abrangia todo o mercado regional, eram elas: José Henrique & Cia, Abílio Dantas & Cia, Demóstenes Barbosa & Cia e Araújo Rique & Cia.

Com o sucesso das firmas multinacionais exportadoras de algodão e das empresas locais que já tinham se modernizado, bem como o intenso e ascendente comércio local algodoeiro, uma outra atividade desenvolvida em Campina surgiria. Trata-se da transformação do capital local em capital financeiro, através da criação do sistema de crédito na cidade. A instituição de crédito bancária, surgiu para atender as exigências do comércio algodoeiro e do fluxo de capital nele investido.

Quando Campina Grande possuía 30 mil habitantes contava com a agência do Banco do Brasil e uma ou duas cooperativas de crédito do Banco Industrial. Com o funcionamento da produção algodoeira, surge a fundação, em Campina, dos bancos de outros estados tais como: o Banco Auxiliar do povo S/A e Banco Industrial de Campina Grande S/A, este último devido o crescimento obtido com os bons negócios foi se instalar nas metrópoles do Centro Sul tornando-se um dos cinco bancos de maior expressão e dinamismo em todo o Norte e Nordeste do Brasil. Nesse banco era depositado o capital proveniente do comércio e da indústria do algodão, representado pela sociedade Araújo Rique & Cia, o grupo Rique com capital inicial de 1.500:00 \$ 000 (Um mil e quinhentos contos de réis).

O Banco Industrial de Campina Grande, mantinha como clientes desde agricultores rurais até os investidores das multinacionais. Fato que gerou um grande progresso a instituição bancária, bem como o corpo da diretoria era composto por membros de uma mesma família com objetivos capitalistas em comum.

A decadência do algodão foi provocada por vários motivos que ao se somarem tiveram uma repercussão directa na economia brasileira e também no mundo. Trata-se da queda da bolsa de valores de Nova York. Nesse contexto a Paraíba,

sobretudo Campina Grande enfrentou um forte concorrente, o algodão que estava sendo explorado em São Paulo. E surgiram outras firmas compradoras de algodão no interior paraibano, que não dependiam da estrada de ferro já que a estrada de rodagem, exemplo Br-230 e Br-104, funcionavam e nelas trafegavam caminhões que cortavam todo o interior da Paraíba e começaram a fazer negócios diretamente com os escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, sem passar necessariamente por Campina Grande. Concorreu também para o declínio algodoeiro as desativações da SANBRA, na década de 80 do século XX e da Empresa Anderson Clayton.

Como podemos perceber acima o algodão não foi apenas importante para economia de um povo mas, sobretudo, provocou mudanças determinantes em sua vida. Por essa razão discutimos sua ausência no conteúdo nos livros didáticos de História no ensino médio, pois observamos que os mesmos não citam Campina Grande como grande representante da comercialização desse produto durante a primeira metade do século XX. Esta constatação levanta a seguinte indagação: Por que não se menciona a produção algodoeira campinense nos livros didáticos de História? Para essa explicação buscamos suporte teórico em alguns estudiosos.

Vejamos, analisando o papel do livro didático no cotidiano escolar e sua representação como objecto cultural, o que afirma BITTENCOURT :

*“O livro didático é, antes de tudo, uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização, em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura dos editores, passando pelos autores e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais e ilustradores. É importante destacar que o livro didático como objeto da indústria cultural impõe uma forma de leitura organizada por profissionais e não exatamente pelo autor”. (BITTENCOURT, 1998: 72).*

Para Bittencourt na elaboração de um livro didático não estão congregados apenas elementos relacionados ao processo ensino-aprendizagem, mas outros aspectos estão contidos como o mercado editorial e as expectativas quanto à aceitação do livro, estes fatores implicam na produção de um livro didático.

O livro didático não contém apenas os conteúdos escolares, seguindo uma proposta curricular, por ser um instrumento pedagógico, ele conta com técnicas de auxílio à aprendizagem como os exercícios, para viabilizar o entendimento do assunto, ou seja, os “manuais” escolares apresentam não apenas o conteúdo inerente a cada disciplina, mas como esse conteúdo deve ser ensinado, a partir de sugestões metodológicas presentes nos livros didáticos.

Outra grande problemática em relação ao livro didático, se refere à forma como este é utilizado, pois o que se percebe em sala-de-aula é que se repete o do discurso competente, em que os agentes dessa competência são: o professor e o livro didático, sendo vistos como detentores da razão e do saber inquestionável e absoluto. De forma que mesmo Campina Grande, entre 1910 e 1950, tenha se tornado o principal entreposto comercial do algodão no Nordeste brasileiro em que suas ruas eram abarrotadas de fardos de algodão e as levadas de tropeiros e firmas, estes acontecimentos que fizeram parte da história local e regional não são referendados nos livros didáticos. Os alunos que pela ausência de informação, passam a acreditar que esta temática não tem grande importância, é irrelevante dentro do conteúdo de história, desprestigiando, assim, a história local.

Essa postura leva o ensino de história a apresentar aos alunos, conteúdos cristalizados, distantes e que nada têm haver com seu presente ou com a história da cidade. Essa “verdade” absoluta vai impossibilitando o educando de questionar e interrogar sobre sua própria historicidade.

Em relação ao conteúdo observa-se outra lacuna, ao contrário do que prega os PCNs- Parâmetro Curriculares Nacionais, que focalizam a história local, a concepção de história que vigora nos modelos tradicionais, procura constituir uma totalidade enganosa, que disfarça na história geral, “todos” os fatos pelo qual passou a humanidade, significando, portanto uma visão abrangente e restrita ao mesmo tempo.

O ensino de história nas escolas públicas se pauta nos livros didáticos que trazem conteúdos amplos e que por conta disso não atendem à história local. Essa situação tem levado alguns educadores a realizarem um trabalho de garimpagem em busca de outras fontes e de novas informações que possa provocar no educando gosto pelo estudo da disciplina. Uma opção para isso é buscar envolver o educando no contexto de sua realidade cotidiana e, mais, valorizando assim suas raízes, suas origens,

que estão presentes na sua história local. Como se percebe a questão não é apenas política, editorial, estrutural, mas, sobretudo de conteúdo, transformá-la é atender também à lógica dos PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais.

Vale ressaltar que essa problemática exposta acima, em relação ao conteúdo, interfere diretamente no processo de ensino-aprendizagem bem como na concepção de História que o educando passa a ter: desinteressada, distante, longínqua, fictícia etc., quando na realidade a concepção que deveriam ter diz respeito a produzir história, captando as relações que se estabelecem na sociedade ressignificando os fenômenos históricos que estão sempre em movimento e que evidenciam manifestações contraditórias.

Assim, interagindo o conteúdo e aluno ao espaço e tempo podemos perguntar, por exemplo, se os mesmos conhecem ou já ouviram falar sobre a “Liverpool do Brasil”, já que estando no ensino médio são capazes de abstrair. Nessa abstracção ele vai perceber que o objecto referido está ali perto e mais, lhe inclui totalmente. A partir desse ponto o educando poderá, através desse conhecimento histórico, organizar e perceber as mudanças que Campina Grande sofreu desde o apogeu do algodão até seu declínio e acompanhar todo processo histórico envolvendo essa jornada, pois como fala CABRINI: “Essa mera ordenação dos acontecimentos é já sua interpretação: um acontecimento se explica porque veio depois do outro e o outro porque gerou o seguinte...” (CABRINI, 1986:38).

Como vemos a História amplia seu leque, de forma que o estudo com os educandos pode explorar a questão do desenvolvimento do comércio do algodão em Campina Grande destacando as transformações urbanas com a abertura de novas ruas, calçamento de outras, formação de bairros, como exemplo do bairro da Liberdade, com grande concentração de indústrias de beneficiamento de algodão; transformações econômicas como a viabilização de casas bancárias e transformações culturais com o crescimento da arte através dos teatros que se estabeleceram.

A partir da utilização de novas estratégias de ensino em história, esperamos provocar o interesse do educando, pois sabemos que se conseguir envolvê-lo no processo de ensino e aprendizagem, ele poderá fazer o contraponto entre o que se vive atualmente e como viveram seus antepassados. Nesse campo a história local contribui bastante para reconstruir, reavivar a memória do educando, porque é nela que se

encontram os vestígios e as fontes da construção do conhecimento do povo campinense que ao interagir com o saber do jovem se torna significativo, pois forma nele sua identidade presente.

Ressalta-se ainda que, toda essa retrospectiva histórica que o aluno faz de acordo com as fontes bibliográficas, também poderá ser enriquecida a partir de depoimentos de pessoas que viveram a época do apogeu do algodão, que ao nosso ver são importantes de serem lembradas e registradas nos livros didáticos.

O elemento fundamental para este registro será a utilização da memória. Não a memória particular, individual ou pessoal, mas a memória considerada viva a partir do momento que é lembrada, ressignificada, ativada, quando se busca despertá-la do adormecimento em que vive, mas que ao contrário do que se pensa não está invisível e é sentida pelas pessoas que trabalham no interior dos antigos prédios, onde hoje funcionam bancos, lojas de roupas, magazines, que mesmo sendo feitos de pedra e cal transmitem lembranças naqueles que passam pelas suas calçadas saudosos. Fazendo da memória nosso maior patrimônio, não estaremos considerando, apenas a memória presente nos prédios históricos, mas também valorizando bastante as identidades plurais e o patrimônio histórico cultural que representam o desenvolvimento de Campina Grande durante a primeira metade do século XX e isso é relevante dentro do processo de ensino aprendizagem. Como afirma ORIÁ:

*“ O presente texto objetiva, pois, discutir questões relacionadas com a possibilidade de se trabalhar com os bens culturais do patrimônio histórico no processo de ensino-aprendizagem de história, a fim de estimular nos alunos o senso de preservação da memória social coletiva, como condição indispensável à construção de uma nova cidadania e identidade nacional plural”. (ORIA, 1998:130).*

Segundo CHARTIER: “A pluralidade presente na nova história cultural apresenta como principais características à preocupação com o popular e a valorização das estratificações e dos conflitos sócio culturais como objeto de investigação”. (CHARTIER, 1990:30).

De forma que a partir do momento que os livros didáticos possam dar o devido destaque a temática do algodão contribuirá grandemente para a abordagem do aspecto da vida social de Campina Grande, apontando as relações populares como festas, jogos, brincadeiras que se estabeleceram naquele instante, e que repercute aos dias atuais, através dos hábitos que se formaram e dos conflitos sócio-culturais que se fizeram presentes, valorizando em grande medida a cultura popular, não entendida como oposta à erudita, mas coexistindo uma com a outra.

Como sabemos que poucos terão acesso aos depoimentos dos campinenses que viveram o momento de ascensão e de declínio é que refletimos: se esses fatos forem registrados nos livros didáticos, muito contribuirá para compreensão e aspectos de ordem social, pois provocará uma identidade municipal, visto que nele encontra-se o relato do sentimento de um povo, sua alma, cuja força é capaz de identificar a todos. Consideramos a memória como função social.

Essa abordagem da História que valoriza a memória de forma muito mais abrangente faz com que o patrimônio histórico seja revisado e se torne na verdade “patrimônio cultural”. A Constituição brasileira de 1988 aborda este tema como sendo uma construção de memória plural, logo este termo “patrimônio cultural” segundo ORÍÁ é muito mais amplo: “O “patrimônio cultural” terminologia substitutiva à de “patrimônio histórico e artístico”, é constituído de unidades designadas “bens culturais”(ORÍÁ,1985:132).

Assim sendo, entendemos que “bem cultural” tem um conceito bastante abrangente diante da produção cultural humana que provoca grandes transformações ultrapassando limites de modelos técnico pré-estabelecido.

Segundo a Constituição brasileira “patrimônio cultural” está enquadrado no artigo 216, seção II da cultura estando constituído: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Constituição Brasileira,1988).

O que na verdade temos que estar alerta é com os temas que não são abordados deixando que os educandos percam referenciais históricos, como:



crescimento desta cidade, seus fundadores, contribuições que seus antepassados deram para a formação dos aspectos sociais locais.

No entanto, sabemos que nossa memória, nosso patrimônio não são abordados nos livros do ensino médio da rede pública devido aos currículos escolares. Apesar disso, o cotidiano vivido por professores de história e pelos educandos em sala-de-aula, seja através de perguntas por parte dos educandos ou pelo interesse em adquirir novas fontes bibliográficas por parte dos educadores, não só dá prova dos anseios em saber mais sobre a história local como reforça a significativa importância dessa história em educandários estaduais tendo em vista ser uma indispensável formadora de opinião.

Assim sendo, o educando passa a se interessar tanto pela disciplina história como a escola passa a não ser vista como mera repetidora da estrutura dominante que a criou e que tem interesse na reprodução e repetição da sociedade de que faz parte, onde o que se vê é a crescente injustiça social fruto de um modelo de vida voltados para o consumismo e o fantasioso, que perpetua cada vez mais a distância entre ricos e pobres.

Contra este tipo de posicionamento na educação que acorrentam os livros didáticos de História é que se pretende, por meio de um ensino democrático, quebrar as algemas que prende a História nos livros didáticos à uma homogeneidade. Enquanto o aluno perceberá ainda que o período em estudo irá favorecer tanto a valorização de sua cultura seja nos aspectos sociais, políticos e econômicos, como entender as mudanças sofridas por Campina Grande.

Por tudo que já foi explicitado, vale destacar a falta de interesse do Estado como um todo, desde da atuação dos interesses do Banco Mundial que financia sua política educacional como também da anuência por parte dos autores dos livros didáticos que não escrevem temáticas locais pelo fato das editoras não publicarem seus trabalhos. Cabe ao Estado assegurar que o currículo deixe de ser mecanismo de controle e passe de fato a ser instrumento na formação da clientela escolar para o exercício da cidadania.

Fazendo uma breve retrospectiva histórica, poderemos entender que o livro didático de história sempre foi marcado por toda “força” da estrutura curricular presente na atualidade ou passado, ou seja, desde sua formação, a disciplina de História teve papel fundamental até os anos 50 do século XX de manter a estrutura de

identidade nacional, dando relevância às questões de ordem política que fomentavam os interesses do Estado-Nação.

Toda essa estrutura teve presente com o propósito maior de atender aos interesses da classe dominante, como dissemos anteriormente e de manter o caráter nacionalista, patriota da Nação, como se as identidades fossem homogêneas e todas de uma maneira geral se identificassem com as questões de ordem social, econômica e cultural, como se não houvesse diferenças nesses aspectos que compõem a organização de um povo.

Após os anos 50 as metas estiveram voltadas para as questões críticas, diante das exigências de uma sociedade industrial urbanizada, em que aos alunos cabia a prática, a criticidade na tentativa de buscar compreender o presente com base nos acontecimentos passados. A abordagem curricular neste momento atendia a outros anseios, o de além de buscar a criticidade, formar cidadãos críticos e fazer com que os alunos se sintam sujeitos da História, como afirma BITTENCOURT: “A inovação que ocorre quanto aos objetos é a ênfase atual do papel do ensino de História para a compreensão do “Sentir-se sujeito histórico” e em sua contribuição para a “formação de um cidadão crítico”. (BITTENCOURT, 1998: 19)

Com base na citação se pode fazer o seguinte questionamento: se a proposta é construir um cidadão crítico e se os PCNs- Parâmetros Curriculares Nacionais – tendem a valorizar o estudo da História local, o que falta para o algodão campinense ser introduzido nos livros didáticos? Tudo que foi visto até aqui quanto aos respaldos teóricos- metodológicos, bem como a nova perspectiva dos parâmetros curriculares junto da forma da abordagem de História por um novo ângulo é que a cada momento ganha-se novos adeptos. Além dos nossos educandos, que ‘cobram’ tais temáticas voltadas para suas realidades cotidianas e no resgate de suas raízes. Com certeza ao privilegiar este tipo de temática pode-se contribuir acima de tudo com a História local e na formação de um homem novo que saberá ser agente da história.

Outra dificuldade herdada pelo ensino de História nos anos 70 e perpassa na construção do livro didático trata-se da questão regional, que não obedecia fronteiras políticas administrativas de esferas estaduais. O que a nosso ver apresentou deficiência, pois as realidades locais eram, e são diferenciadas logo ao fazerem cortes nessas realidades, a tendência é cair na homogeneidade, na generalização, negando os movimentos, os conflitos que fazem parte do processo histórico, quando sabemos ser

heterogêneo, pois as realidades são diferenciadas e apresentam características peculiares a partir do contexto em que se encontram inseridas. Assim sendo, os livros didáticos de história nas décadas de 70 até 80 elaboraram conteúdos, por regiões, impossibilitando uma análise global sobre aspectos relacionados a questão de ordem social ou seja, englobando assim todos os aspectos presentes na formação da estrutura social de cada povo.

Nossa perspectiva é que diante das exigências dos Parâmetros Curriculares Nacional, mencionadas anteriormente, e das novas tendências educacionais da Historiografia brasileira por exemplo: a Nova História, a História das Mentalidades, a Nova História cultural e Social, é que a questão regional nos currículos escolares, sobretudo nos livros didáticos seja repensada e reelaborada para que dessa forma temas como o desse estudo, o algodão campinense, sejam lembrados, mencionados e publicados, a fim de que essa História regional e local tenha relevância social, além de aproximar nosso público alvo, o alunado, do seu cotidiano, despertando nele uma maior compreensão sobre si mesmo, enquanto sujeito histórico.

#### **Referências bibliográficas**

ALMEIDA, Elpídio de. *História de Campina Grande*. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1964

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e empório do algodão em Campina: Notas para a História de uma cidade (regionalmente) cosmopolita*. Campina Grande: UFPB, 1993, mimeo.

\_\_\_\_\_. *Campina Grande no espaço econômico regional: Estrada de ferro. Tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907- 1957)*. Campina Grande: UFPB, 1991. Dissertação de mestrado em Sociologia Rural.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. *Tempos de crise e decadência na economia Paraibana*. In: *Estudando a História da Paraíba*. Campina Grande: Ed. Cultura Nordeste, 1994.

AMORIM, M. Leonília de. *Campina e seu planejamento urbano*. Diário da Borborema, Campina Grande, 11 de outubro de 1985.

ANUÁRIO de Campina Grande. Campina Grande: PMCG, 1982 e 1984.

- BITTENCOUT, Circe (org). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Ed. Contexto, 1998.
- CABRINI Conceição (org). *O ensino de História: revisão urgente*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- CÂMARA, Epaminondas. *Alicerces de Campina Grande*. Campina Grande: Ed. Moderna, 1946.
- COSTA, José Jonas Duarte da. *A crise do Sistema de produção algodoeiro paraibano: (uma análise das causas)*. Campina Grande: UFPB, 1996. Dissertação de mestrado.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no livro didático*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- FONSECA, Giovanna de Aquino. *Principais aspectos sócio-econômicos de Campina Grande de sua origem até meados dos anos 70*. Campina Grande: UEPB, mimeo 1998
- FONSECA, Selva Guimarães. *A História da Educação brasileira*. In: Caminhos da História ensinada. 3ª ed. SP: Papyrus, 1995
- GARDIER, Patrick. *A interpretação do processo histórico*. In: Teoria da História. Lisboa: Edição Fundação Caloute Gulbenkian, 1995.
- HOBBSBAWN, Eric. *História dos tempos presentes*. Paris, CNRS, 1992.
- JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Paraíba*. 2ª ed., Brasília: Ed. Thesarus, 1977.
- LIMA, Damião de. *Tempos de desenvolvimento e crise na economia campinense*. In: Estudando História da Paraíba. 2ª ed. Campina Grande: EDUEPB, 2001
- MOTA, Myrian B.; BRAICK, Patrícia R., *História das Cavernas ao Terceiro Milênio*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2002
- PAZZINATO, Alceu L.; HELENA, Senise V. Mª . *História Moderna e Contemporânea*: São Paulo, Ática, 14ª Ed. 2002
- PILETTI, Nelson.; ARRUDA, José J. *Toda História*. São Paulo: Ática, 1999.
- PINSKY, Jaime. (org). *O ensino de história e a criação do fato*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.